

→ continuação

## Notas Explic. às Dem. Contábeis Referentes aos Exerc. Findos em 31/12/08 e 07 (R\$)

## 7. Imobilizado:

	Taxa de depreciação	2008		2007	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		220.000	-	220.000	220.000
Edificações e benfeitorias	4%	114.286.344	(1.703.892)	112.582.452	-
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	179.531	(1.197)	178.334	-
Subestação e linhas de transmissão	2,5%	30.588.880	(254.907)	30.333.973	-
Máquinas e equipamentos	10%	18.469.833	(698.531)	17.771.302	64.650
Móveis e utensílios	10%	120.209	(17.550)	102.659	377.096
Equipamentos e processamentos eletrônicos	20%	96.181	(29.216)	66.965	61.811
Equipamentos e processamentos hidráulicos	10%	2.136.741	(215.288)	1.921.453	-
Automotivos/embarcações/flutuantes	10%	473.123	(17.937)	455.186	-
Imobilizado em curso		6.053.178	-	6.053.178	109.300.214
Outros	10%	129.890	(6.800)	123.090	-
<b>Total</b>		<b>172.753.910</b>	<b>(2.945.318)</b>	<b>169.808.592</b>	<b>110.023.771</b>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações relacionadas à geração e transmissão de energia. Conforme Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica expedido pela ANEEL, os pagamentos efetuados em razão de cláusulas contratuais sobre desembolsos, mesmo que antes do recebimento dos materiais ou serviços, foram reclassificados em sub-conta do imobilizado em curso nota (explicativa nº 07), quando destinados a ordem de imobilização. **8. Diferido:** Os saldos são representados por:

	2008		2007	
	Custo	Deprec. acum.	Líquido	Líquido
Desp. de organiz.				
e administr.	14.836.059	(986.003)	13.850.056	11.743.363
Desp. financ. líq.	8.240.911	(547.678)	7.693.233	45.126.261
Projetos e aval.	4.843.396	(294.737)	4.548.659	3.154.027
<b>Total</b>	<b>27.920.366</b>	<b>(1.828.418)</b>	<b>26.091.948</b>	<b>60.023.651</b>

A amortização dos ativos diferidos se dará pelo prazo de 5 anos, com início no mês de outubro de 2008, quando começaram as atividades da Companhia. A Companhia, usando a faculdade dada pela MP 449/08, que alterou a 11.638/07 e 6.404/76, manteve os saldos existentes na conta do Diferido até a sua completa amortização.

## 9. Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Encargos financeiros	2008		2007	
Abertura de crédito - BNDES	Juros 2,15% a.a. acima da TJLP	128.902.552	101.886.005		
Banco BBM - Capital de giro	Varição do CDI + taxa spread	-	31.094.377		
Banco ABC Brasil S.A. - Capital de giro	Juros 1,50% a.a.	-	2.501.350		
Banco Bradesco S.A. - Capital de giro	Varição de 125% do CDI	37.098.769	-		
		<b>166.001.321</b>	<b>135.481.732</b>		

Passivo circulante 49.527.791 35.293.827  
Passivo não circulante 116.473.530 100.187.905  
Os empréstimos e financiamentos estão garantidos através de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da empresa controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios de que é titular, proveniente: **(i)** Do contrato de compra e venda de energia elétrica - CCVE VPMI 082/2004, celebrado em 20

de dezembro de 2004 e subseqüentes aditivos; e **(ii)** De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobrás, a título de rateio da conta CCF - Consumo de Combustíveis Fósseis. O principal da dívida será pago em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2008 e término em 15/10/2018, segregados no passivo circulante e não circulante. As parcelas de longo prazo subdividem-se, por ano de vencimento:

Vencimentos	2008	2007
2008	-	37.555.536
2009	-	10.880.688
2010	12.941.503	10.880.688
2011	12.941.503	10.880.688
2012	12.941.503	10.880.688
2013	12.941.503	10.880.688
2014	12.941.503	10.880.688
2015	12.941.503	10.880.688
2016	12.941.503	10.880.688
2017	12.941.503	10.880.692
2018	12.941.506	-
	<b>116.473.530</b>	<b>135.481.732</b>

**10. Fornecedores:** A rubrica é composta por fornecedores vitais para operação da Companhia, como, fornecedores de petróleo, prestação de serviço de engenharia, empreiteiras de engenharia, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos elétricos.

**11. Obrigações Tributárias:** Os impostos e contribuições a recolher, inclusive aqueles decorrentes de retenções, estão assim compostos no passivo circulante:

	2008	2007
INSS retido a recolher	514.501	390.643
Retenções - Lei 10.833/03	159.686	64.725
ISS retido a recolher	273.030	227.030
IRRF a recolher	44.491	25.180
<b>Total</b>	<b>991.708</b>	<b>707.578</b>

**12. Patrimônio Líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da companhia é de R\$ 9.066.000 (em 31 de dezembro de 2007, o mesmo valor), e está representado por 9.066.000 (em 31 de dezembro de 2007, a mesma quantidade) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição acionária está distribuída da seguinte forma:

Acionista	%	Ações
Mafe Energia e Participações S.A.	99%	8.975.340
Mara Daisy Gil Dias	1%	90.660
	<b>100%</b>	<b>9.066.000</b>

**b. Política de dividendos:** Observado o disposto no artigo 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **1.** Quota destinada à constituição de reserva legal; **2.** Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; **3.** Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da assembléia geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **13. Recuperação de Despesas:** Refere-se ao ressarcimento dos custos de combustíveis na geração de energia, sendo reconhecido o valor de R\$ 4.974.410, líquido dos impostos. A Lei nº 5.899, de 05 de julho de 1973, inciso III, Art. 13, dispõe que os ônus e vantagens decorrentes do consumo dos combustíveis fósseis para atender às necessidades do sistema interligado ou por imposição do interesse nacional sejam rateados entre todas as empresas concessionárias, de acordo com critérios estabelecidos pelo Poder Executivo. O Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, regulamentou o referido rateio. A Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 774, de 18 de março de 1993, deu nova redação a alguns artigos do Decreto nº 73.102, com o rateio sendo estendido a todos os concessionários de energia elétrica do país, inclusive nos Sistemas Isolados. **14. Cobertura de Seguros (Não Auditado):** A administração da Companhia, através de orientação de consultores de seguros, contratou apólices no sentido de dar total cobertura aos ativos sujeitos a riscos, com definições de montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades. Os bens, interesses e responsabilidades estão assim segurados:

Descrição	Tipo de seguro	Limite de indenização em R\$	
		2008	2007
Bens/Interesses	Responsabilidade civil	5.853.600	5.853.600
Responsabilidades	Risco de engenharia	50.906.560	-
<b>Total</b>		<b>56.760.160</b>	<b>5.853.600</b>

**15. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:**

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos. **16. Instrumentos Financeiros:** A Companhia não tem por política operar com derivativos. Durante o exercício de 2008, tendo em vista a momentânea insuficiência de crédito no mercado, efetuou operação com derivativos na modalidade de swap, com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às suas operações. **17. Provisão para Contingências:** A Companhia não possui provisão para contingências cíveis, tributárias e trabalhistas e, no entendimento da Administração e de seus assessores legais, acredita não existir contingências relacionadas com possíveis litígios, indenizações e outras, relacionadas ao curso normal das operações.

Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente  
RG 152.052 SSP-MT, CPF 047.942.901-44

Antonio Padua de Castro Alves - Contador: CRC MT 002012  
RG 072.433-5 SSP-MT, CPF 141.431.271-72

## Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Acionistas da **Curuá Energia S.A.** - Altamira - PA - **1.** Examinamos os balanços patrimoniais da **Curuá Energia S.A.** ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. **2.** Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **3.** Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4.** Anteriormente as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 16 de maio de 2008, enfatizando quanto ao fato de que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas no pressuposto da efetiva implantação e funcionamento do objeto social da Companhia e nenhum ajuste foi efetuado que refletisse eventual insucesso das operações. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. Campo Grande, 24 de abril de 2009. **José Luiz Sanches** - Sócio-contador - CRC 1SP124579/O-0 "S" PA.